

REPLICANTES DA EXTREMA DIREITA NA CENA POLÍTICA NACIONAL

Alexandre Fernandes Correa

RESUMO

O texto analisa o crescimento da extrema direita na cena política brasileira, relacionando-o ao declínio dos estados-nação e ao surgimento de um “império” global sem centro, conforme teorias de Wallerstein, Hardt e Negri. Destaca a celebração do bicentenário da independência em 2022, marcada por um tom ufanista e militarista sob o governo Bolsonaro, contrastando com as comemorações do centenário em 1922. Aborda ainda a disseminação de desinformação e teorias conspiratórias como ferramentas de guerra híbrida, que promovem divisões sociais e dissonância cognitiva. Por fim, reflete sobre a ressurreição de símbolos e memórias autoritárias, questionando a eficácia das imagens do passado na mobilização política atual.

PALAVRAS-CHAVE: memória; política; guerra híbrida; dissonância cognitiva.

ABSTRACT

The text examines the rise of the far-right in the Brazilian political scene, linking it to the decline of nation-states and the emergence of a centerless global “empire”, according to theories by Wallerstein, Hardt, and Negri. It highlights the celebration of the bicentennial of independence in 2022, marked by a jingoistic and militaristic tone under the Bolsonaro government, contrasting with the centennial celebrations in 1922. It also addresses the spread of disinformation and conspiracy theories as tools of hybrid warfare, which promote social divisions and cognitive dissonance. Finally, it reflects on the resurgence of authoritarian symbols and memories, questioning the effectiveness of past imagery in current political mobilization.

KEYWORDS: memory; politics; hybrid warfare; cognitive dissonance.

Os clones já estão aí, os seres virtuais já estão aí, somos todos replicantes!

(Jean Baudrillard, 2005)

ABERTURA

Este texto oferece contribuições ao debate sobre o recente incremento das manifestações de extrema direita na cena política nacional. Parte-se inicialmente de análises de conjuntura histórica contemporânea, acerca especialmente da falência

dos estados-nação, para em seguida sugerir interpretações sobre as configurações atuais do extremismo golpista de inspiração nazifascista no país. Com base em contribuições teóricas de Wallerstein (2000) e de Michael Hardt e Antonio Negri (2001), projeta-se um olhar distanciado e crítico, colocando em perspectiva especialmente a celebração do bicentenário da independência do Brasil (2022), organizada sob a gestão de Bolsonaro (2018-2022).

Com Wallerstein se comprehende o início do capitalismo na formação do sistema-mundo desde o século XVI. Sua unidade de análise dá ênfase ao sistema “mundo” – e não ao Estado-nação –, no qual as esferas econômica, política e sociocultural são vistas como estreitamente conectadas, e não separadas, conforme a abordagem tradicional. Neste tópico, tem-se como referência principal a obra *Utopística* (2000), na qual, de forma contundente, o autor apresenta as principais dificuldades, ainda imprevisíveis, que a sociedade global deverá enfrentar, num cenário de desordem que passa desde as expectativas de um novo modo de produção pós-capitalista ao conflito étnico, “perpassando pela desigualdade social, a luta de classes, o alto nível de criminalidade, a crise fiscal dos Estados e um colapso do sistema moral” (Wallerstein, 2000, p. 15).

Já Negri e Hardt (2001) apresentam o conceito de “império”, em obra de mesmo nome, para entender as relações de poder e dominação capitalistas em nosso tempo. Compreendem império como um poder sem centro, força globalmente opressora, sem liderança exclusiva, acima de qualquer instituição e estado-nação. O império funciona capilarmente, horizontalmente: “todos são seus servos”. Nesta formação histórica, os estados-nação subordinam-se ao Império, englobando lentamente, ao axiomatizar e fagocitar, o mundo inteiro; expandindo suas barreiras até não haver mais lado de fora. Assim, a soberania dos estados-nação está em crise. O mundo não é mais governado pelos países e nem por uma estrutura centralizada de poder. As bandeiras nacionais têm hoje, e cada vez mais, poder meramente simbólico.

Sob o prisma dessas posições teóricas conjunturais, observam-se aspectos sobressalentes em torno da celebração do bicentenário nacional realizada pelo governo de direita empossado em 2018, com a hegemonia difusa do “bolsonarismo” golpista – uma das facetas recentes da extrema-direita reacionária. Como se testemunhou, a comemoração da efeméride nacional foi realizada com colorido patriótico, ufanista, de inspiração militarista e ditatorial recalcitrante.

CENTENÁRIO X BICENTENÁRIO

A cenografia das comemorações de 2022 em muitos aspectos contrasta com as comemorações realizadas no primeiro centenário (1922). Naquela ocasião ocorreu uma encenação de ampla repercussão nacional, com montagens de exposições, seminários, eventos culturais etc., envolvendo diversos setores da sociedade brasileira, que celebravam a independência na capital da jovem república, ao mesmo tempo que buscavam consolidar a identidade nacional e a imagem de um país moderno, no início do século XX. O que ocorreu em 2022 destoa e contrasta profundamente com aquelas manifestações do primeiro centenário.

Curiosa é a constatação de que nos programas partidários nas eleições presidenciais/gerais de 2018, nenhum partido ou coligação apresentou no primeiro turno um plano comemorativo do bicentenário. Já no segundo turno, apenas o Partido dos Trabalhadores (PT), e sua coligação, apresentou uma breve proposta de trabalho para organização da celebração do bicentenário. Aspecto que chama atenção, pois desde o segundo mandato do Presidente Lula, o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, havia elaborado, em 2010, um dossiê intitulado *Plano Brasil 2022*.

Destarte, neste breve texto apresenta-se contribuição sintética de reflexões elaboradas em artigos publicados em periódicos a partir de pesquisas realizadas desde 2016 (Correa, 2021, 2022). Esses trabalhos contêm contribuições ao debate sobre a memória política que podem ser úteis para a interpretação de fenômenos que ainda estão em voga, desde o fim do pleito das eleições de 2022. Podem ajudar na compreensão das manifestações realizadas pelos grupos políticos derrotados na eleição presidencial e que se mobilizaram clamando por intervenção militar e golpe de estado. Atualmente, têm-se tentativas de interpretações diferentes e às vezes contrastantes sobre essas manifestações. Destaca-se duas delas como as mais difundidas.

INTERPRETAÇÕES

Na primeira, têm-se as colocações de Piero Leirner da Universidade Federal do ABC (UFABC), junto com outros autores colaboradores, como o jornalista Romulus Maia e o Coronel Marcelo Pimentel. Leirner, em especial, trata do tema da chamada

guerra híbrida, e o modo como está sendo realizada no Brasil. Como enfatiza: “não se trata de uma guerra clássica, com fogo, mas de uma guerra que visa sobretudo a captura e neutralização de mentes” (Leirner, 2020). Assim, suas bombas são antes de tudo informacionais, visam causar dissonâncias cognitivas e induzir a vieses comportamentais. Essa ideia de totalidade está no âmago da guerra híbrida: não há mais a separação entre guerra e política, ou tempo de guerra/tempo de paz; todos passam a ser, voluntária ou involuntariamente, combatentes; e não se vê exatamente nem seu princípio, nem seu fim.

A hipótese central levantada é que o Brasil foi, e é, um “laboratório” onde este modelo foi aplicado. O caso estudado leva a um dos protagonistas principais desta forma de guerra e sua estratégia: “um certo grupo de militares, operações psicológicas e o modo como isso se disseminou na política”. O resultado, que vai muito além da eleição de 2018, é a dissonância generalizada que impera no Brasil hoje, que aqui segue um dos conceitos centrais da guerra híbrida a “cismogênese”, ou seja, “a criação de divisões sociais com o objetivo de impossibilidade qualquer pacto social” (Leirner, 2020).

A segunda interpretação em voga é difundida por João Cezar de Castro Rocha da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), plasmado particularmente na hipótese da dissonância cognitiva. Sua tese principal é sintetizada numa frase repetida pelo autor: “Brasil é laboratório de criação de realidade paralela”. Ele alerta para as consequências de um tipo de “processo de lavagem cerebral” alimentado por engajamento em torno da desinformação e de teorias conspiratórias. Processo designado de “criação de dissonância cognitiva coletiva”, realizado pela instrumentalização da mídia-sfera extremista. Segundo João Rocha, essas ideias se baseiam nos trabalhos do psicólogo social norte-americano Leon Festinger que publicou *Uma teoria da dissonância cognitiva*. Todavia, Rocha acrescenta ao conceito da dissonância cognitiva de Festinger a perspectiva coletiva, associada à capacidade da produção de conteúdo das redes sociais, isto é, a dissonância cognitiva é um desconforto subjetivo causado pela consciência da distância entre crenças e comportamentos, ocorrendo sempre que há uma distância entre aquilo em que acreditamos e a maneira pela qual nos comportamos (Rocha, 2023). Como corolário dessa tese, sustenta: “Não há ser humano que não viva com certo grau de dissonância cognitiva” (Festinger, 1957).

Somando a estes esforços de interpretação, segue-se nesta reflexão uma trajetória teórica diferente. Uma perspectiva interpretativa que versa sobre a gestão

das imagens e das memórias políticas no espaço sócio-histórico contemporâneo. Destaca-se então o estudo da política da imagem nos campos empíricos, suas características semiológicas sobressalentes. É um estudo sobre a colonização do imaginário sociopolítico, através de imagens históricas encenadas em equipamentos culturais, monumentos e espaços sociais urbanos. Analisa-se aspectos da montagem do quadro imagético nacional pontuando momentos destacados num longo ciclo de comemorações históricas ativadas desde a Independência em 1822. Nesses trabalhos (Correa, 2021, 2022) articulam-se os conceitos de máquina de guerra semiótica de Lifschitz (2019), batalha das imagens de Carvalho (1990) e guerra das imagens de Gruzinski (2006) para refletir sobre a memória política na atualidade.

Este trajeto teórico opera a noção de memórias enxertadas na compreensão da lógica das ressurgências imagéticas no espaço sociopolítico. Com base nos conceitos citados, investigou-se a produção de imagem e representações do movimento do *Grito dos excluídos* nos cartazes e faixas elaborados desde 1995, e percebeu-se a dificuldade do movimento de “representar” em imagens o legado de suas lutas. Sua produção imagética repetitiva parece indicar dificuldades de representar o “irrepresentável” de uma nova “nação” a ser imaginada para acolher os “excluídos”. Algo que parece remeter ao que Rancière designa como “falha na regulagem estável entre o sensível e inteligível” (2017, p. 140).

Observa-se por outro lado que a eficácia das imagens do passado militarista é concreta, ressurgindo de modo massivo nas passeatas e aglomerações políticas dos últimos anos; imagens e símbolos que se julgavam esquecidas. No caso das manifestações mais recentes no Brasil (2015-2022), é consideravelmente inquietante testemunhar o retorno de imagens, *slogans* e bordões de mais de trinta anos atrás, colonizados há décadas e ainda produzindo efeitos de mobilização de massa; como por exemplo, nas variações do lexema: “ame-o, ou deixe-o”! Sobressai neste contexto a eficiência da propaganda do período da ditadura civil-militar; de modo e alcance jamais esperado. Assim, é necessário reavaliar os arsenais teóricos para se compreender como “memórias enxertadas” há décadas são reencenadas e revividas após o período no qual se considerava ter operado rupturas profundas no imaginário social, através do processo de redemocratização e da consolidação do espírito cívico desde a Constituição de 1988.

O historiador Gruzinsky, quando invoca o filme *Blade Runner* (1982) e as memórias enxertadas nos “replicantes”, parece oferecer uma contribuição instigante e pertinente. Como estamos numa nova fase de construção das subjetividades políticas

na atualidade, os investimentos no teatro das memórias políticas podem explicar de que forma as emergências sociais – tanto do lado das forças de manutenção do *status quo* como do lado das resistências contra o *establishment* – promovem a reificação das estruturas de sentido dominantes, oficiais, autoritárias, ou das formas de resistência contestatórias e insurgentes. Entremes, tanto num caso como no outro, sujeitos políticos antagônicos representam articulações subjetivas nos polos em conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se a importância de avançar num estudo sobre as possibilidades de uma “política da visão” e da memória. Trabalho que deve ser feito para além das análises dos bordões, cartazes, fotografias e imagens “enxertadas”, avançando para todas as dimensões das violências e terrores submetidos aos governados. A gestão do teatro das memórias políticas e sociais, no sentido empregado por Jeudy (1990), indica que é preciso operar uma espécie de tratamento terapêutico das heranças e tradições de insurgência.

Nesta direção, vale revisitar as análises de Gruzinsky, em especial em relação às analogias com a ficção de *Blade Runner*, pois é preciso resistir contra o “destino de replicantes” de programas inoculados para ações não reflexivas – tais como a que testemunhamos nos últimos anos nas ruas das grandes cidades brasileiras e que estiveram persistentes em frente dos quartéis militares após eleições de outubro de 2022 até 8 de janeiro de 2023. Episódios que muitas vezes passaram por anedóticos, mas para os quais a sua compreensão plena necessita do exercício de análises semiológicas alargadas.

Numa sociedade em que a mídia é dominada por monopólios econômicos poderosos, comprova-se a necessidade da luta contra a manutenção do controle desse poder midiático por empresas emissoras e repetidoras. Todavia, não se pode esquecer, não basta trocar os signos e sinais das mensagens transmitidas, é preciso ir mais além na análise desse poder mágico e reticular alcançando as redes sociais e plataformas da internet. Os efeitos deletérios desse processo de dominação consolidam a importância do alerta de Laymert dos Santos: “quando a modernidade chega ao fim, o homem parece estar perdendo a capacidade de perceber e imaginar” (Santos, 2003, p. 180).

Ao testemunhar-se a proliferação da nova geração dos clones e replicantes na cena política contemporânea, desperta o alarme. Esta nova geração é fruto de qual engenharia política? Quais as coordenadas sócio-históricas dessa nova metamorfose da direita extremista? Uma vez que, como adiantou Baudrillard com sua teoria irônica: “Os clones já estão aí, os seres virtuais já estão aí, somos todos replicantes! No sentido que, como em *Blade Runner*, já é quase impossível distinguir o comportamento propriamente humano de sua projeção na tela, de seu duplo em imagem e de suas próteses informáticas” (Baudrillard, 2005, p. 156).

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. *Tela total: mito-ironias do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CORREA, Alexandre Fernandes. A memória política como a outra cena da política. In: GONÇALVES, Israel Aparecido (org.). *Ensaios de sociologia e direito*. v. 1. Joinville: Areia, 2021. p. 20-28.
- CORREA, Alexandre Fernandes. O destino das imagens e memórias históricas Batalhas e guerras semióticas na cena dos monumentos. *Fênix*, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 63-85, 2020.
- CORREA, Alexandre Fernandes. O grito dos excluídos no bicentenário da independência: batalhas das memórias históricas no contexto da pandemia do covid-19. *Entropia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 114-126, 2022.
- FESTINGER, Leon. *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1957.
- GRUZINSKY, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóbal Colón à “Blade Runner” (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LEIRNER, Piero. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Brasil, política e vertigem. *E-l@tina*, Buenos Aires, v. 17, n. 68, jul./set. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4964/496460991005/>. Acesso em: 2 dez. 2022.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. São Paulo: Autêntica, 2023.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politicizar as novas tecnologias*. São Paulo: Editora 34, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um*. São Paulo: Vozes, 2000.

SOBRE O AUTOR

Alexandre Fernandes Correa

Professor Associado do Campus Macaé da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP).